

EDITORIAL

A questão da segurança nos Museus tem-se colocado nos últimos tempos com especial acuidade. As mais diferentes circunstâncias evidenciam os graves riscos que correm os patrimónios pertencentes a museus, lugares onde, por definição, as peças são conservadas tanto do ponto de vista da sua integridade física como da sua permanência como objectos referenciais das culturas e bens de usufruto público.

O cenário de guerra colocou tragicamente em risco as colecções do Museu de Bagdade, tal como já havíamos visto acontecer, pela mesma razão, nos museus do Koweit e do Afeganistão. Outras colecções e museus, nomeadamente em África, sofrem graves delapidações dos seus patrimónios, factos menos conhecidos pela ausência de informação junto da opinião pública.

Por outro lado verificaram-se desaparecimentos de instituições credenciadas como museus, em situação de paz e com sistemas de segurança tidos como de eficácia garantida, caso dos roubos de jóias e de pintura dos museus da Holanda, e, surpreendentemente, de uma peça central das colecções do Kunsthistorisches Museum de Viena.

A diversidade das circunstâncias leva-nos a ponderar não tanto medidas imediatas perante estes factos concretos mas antes as boas práticas de segurança nos museus que perante transformações recentes, mentais, tecnológicas e económicas, parecem revelar-se agora ineficazes.

A imensa circulação de informação, sendo necessária e benéfica para o conhecimento, pode ter efeitos perversos, por transformarem os patrimónios alvo de interesses que não culturais.

Esse mesmo conhecimento pode conduzir a maior sofisticação dos processos de furto, quer em estratégias quer em meios, por vezes num aproveitamento criminoso dos próprios procedimentos de segurança, resultante da circulação excessiva de pessoal a prestar serviços nos museus, ditada por imediatas estratégias economicistas, devendo considerar-se de risco a não admissão de pessoal com imprescindível qualificação técnica, específica dos Museus.

Com efeito, os quadros técnicos têm sido drasticamente reduzidos, deixando de existir longevidade e exclusividade dos funcionários a cada museu, recorrendo-se por sistema a funcionários sem especialização para as práticas museais em regimes temporários.

Cabe aos museólogos estabelecer, divulgar e fazer cumprir com máximo rigor as regras de conservação das colecções, sendo aí centrais os problemas da segurança e roubo, tanto no seu lugar de trabalho como naqueles com que tem de contactar profissionalmente.

A absoluta exigência no desempenho dos profissionais dos Museus é uma atitude que deve ser cimentada a todos os níveis profissionais que garantem a boa execução das tarefas inerentes aos museus, desde o pessoal de vigilância até aos postos de coordenação superior, de modo a garantir que o património que nos cabe preservar seja transmitida com a máxima integridade às gerações vindouras, cumprindo-se deste modo a função mais nobre da Museologia.

João Castel-Branco Pereira

Presidente da Comissão Nacional do ICOM

HOMENAGEM

Maria José Taxinha (1912 - 2003)

Recordar Maria José Taxinha, falecida em Agosto passado, é recordar uma personalidade forte, decidida, dinâmica que deu corpo à Oficina de Texteis do Instituto José de Figueiredo, tornando-a, em poucos anos, uma autoridade nacional e internacional, na análise de fibras e de técnicas texteis, no restauro de tapeçarias, de tapetes, tecidos e traje.

Foi Maria José de Mendonça (então jovem Conservadora do Museu Nacional de Arte Antiga, responsável pela Secção de Texteis), que a convidou para colaborar nesse projecto que se integrava no Instituto concebido pelo Dr. João Couto.

Duas "Marias Josés" que durante três décadas fizeram um percurso sempre próximo e que tinham em comum um grande sentido de responsabilidade, muito dinamismo e grande persistência; ambas se dedicaram à sua profissão inteiramente, tornando-a parte integrante da família; ambas se preocuparam com aspectos menos visíveis da museologia mas que consideravam fulcrais, tendo sido pioneiras nessas matérias - as reservas, os cuidados preventivos de conservação; ambas também, no final da sua vida decidiram, discretamente, doar as suas Bibliotecas às instituições que ajudaram a nascer, num gesto simbólico de consideração pelo país.

Taxinha, patronimico algarvio com que ficou conhecida, era temperada com uma certa rebeldia psicológica e política que explica a sua perene juventude; generosa, sempre disponível para ajudar, sem discriminações, sabendo apoiar e estimular no preciso momento. A formação académica fizera-a no Conservatório recebendo em casa, de sua mãe, à maneira tradicional, lições de bordados, de rendas e de tapeçaria, tornando-se exímia executante.

Após um estágio em Paris, proporcionado por uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, na Manufatura dos Gobelins, em 1956 (1), inicia o trabalho na Oficina, reunindo e orientando um grupo de colaboradoras a quem vai transmitindo o seu saber exigente, na arte de registar, consolidar e proteger texteis antigos. A participação em numerosas reuniões internacionais, a visita a oficinas similares em Munique, Delft e Estocolmo, assim como a frequência do Curso de Texteis no Museu Histórico de Tecidos de Lyon, dar-lhe-iam a oportunidade de contactar com especialistas e de permanente actualização de métodos e critérios. A ela recorriam Museus, Fundações, Autarquias e coleccionadores privados nacionais e, por diversas vezes, Museus europeus lhe confiaram dos melhores panos de armar para aqui serem restaurados.

Fez escola, formou uma elite de restauradoras, na Oficina e, mais tarde, no exterior. A este propósito refiro, a título de exemplo, o núcleo de restauradoras do Museu Nacional do Traje (o primeiro Museu Nacional a incluir, no seu quadro, pessoal especializado nesta área) e a formação de restauradoras do Paço Ducal de Vila Viçosa. Colaborou activamente em diversas acções de formação junto das autarquias e de entidades eclesíásticas, organizadas em todo o país, na década de 80, pelo Instituto Português do

Património Cultural e que alertaram para situações limite ainda então existentes.

A melhor homenagem que podemos prestar a Maria José Taxinha, é a de propor uma análise comparativa à **situação actual do sector**, de modo a que sejam criadas condições para garantir a transmissão do nosso património textil, considerado um dos melhores da Europa, em condições idênticas à de países com os quais Taxinha gostava de nos podermos algum dia vir a equiparar nestas matérias - a Suécia, a Suíça e a Alemanha!

Natália Correia Guedes
Discípula de Maria José Taxinha

(1) MENDONÇA, Maria José de - "A Oficina de Conservação de Texteis em Lisboa". Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga, vol.IV, Lisboa, 1961, pág. 23 a 31.

Obra publicada

TAXINHA, Maria José - «Tratamento de um tapete persa do Museu Nacional de Arte Antiga». Porto, 1963. Sep. *Museu*. 2ª série. Porto. 1963, nº 5

TAXINHA, Maria José - «Lace». In LEENE, Jentina E. - *Textile Conservation*. London: Butterworths, 1972. p. 202-209

TAXINHA, Maria José - «A Criação da Oficina para o tratamento de têxteis». *APOM: Informações*. Lisboa. Nº 7-8(1975); p. 8-10

TAXINHA, Maria José - *Preservação de têxteis*. Lisboa: Instituto de José de Figueiredo, 1980. (Documentação; 16)

TAXINHA, Maria José - *Restauro de leques*. Lisboa: Instituto de José de Figueiredo, 1980 [inédito]

em colaboração:

MENDONÇA, Maria José de; TAXINHA, Maria José ; FERREIRA, Maria Emília Amaral - *O loudel do rei D. João I*. Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, 1973. Sep. Museus de Portugal

TAXINHA, Maria José ; GUEDES, Natália Correia - *O bordado no traje civil em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, 1975

MENDONÇA, Maria José de; TAXINHA, Maria José; PILAR, Maria Manuela - *Vocabulário português de técnica têxtil: Alemão-Espanhol-Francês-Inglês-Italiano-Sueco*. Lyon, CIETA, 1976

MENDONÇA, Maria José de; TAXINHA, Maria José ; TEIXEIRA, Maria Emília Amaral - *O loudel do rei Dom João I*. 2ª ed. Lisboa: Inst. Port. do Património Cultural, 1981. Sep. Museus de Portugal

GUEDES, Natália Correia; TAXINHA, Maria José - *Mantos régios e paramentos do paço ducal de Vila Viçosa* / Maria Natália Correia Guedes, Maria José Taxinha. - [Lisboa] : Fundação da Casa de Bragança, 1990

EDUCAÇÃO - A PARTICIPAÇÃO DOS PÚBLICOS

A par com a sua função de recolha, preservação, catalogação, inventário, estudo, etc., os museus também existem para comunicar e tornar acessível ao público os testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente. Sendo robustos contenedores de preciosidades, é dessa forma expondo que os museus consolidam a sua função social. Porém a exposição pode não se limitar aos objectos, também contendo ideias. É nesse contexto que devemos reflectir sobre as actividades educativas promovidas através de diversos modos e meios de comunicação que se desenvolvem como convite e estímulo à participação de públicos.

São exposições, material interpretativo específico (jogos, cadernos, fichas, banda desenhada, jornais, modelos, réplicas, recursos multimédia, entre outros), seminários, debates, e múltiplas formas dinâmicas de interacção social baseadas em oficinas com actividades práticas. Estas estão relacionadas com a programação das exposições e de outros eventos ou dinamizam, ainda, actividades práticas relacionadas com os interesses dos utentes alvo, designadamente famílias, idosos, grupos escolares, artistas e investigadores. As formas de participação activa dos públicos são, em muitos casos, ancoradas em expressões artísticas como a dança, a música, o teatro, o cinema e a literatura, articulando-se diversas áreas de conhecimento e potenciando a relação de públicos de diferentes interesses, origens, culturas e condições.

Porém, a programação e desenvolvimento de todas estas acções tem de proporcionar experiências lúdicas e recreativas expondo os museus como lugares e tempo para a aventura, a descoberta e o convívio.

No que diz respeito à participação dos públicos, a visita orientada às exposições é a prática mais estabilizada e compensadora, quer para o público, quer para o profissional. A exposição é, assim e tradicionalmente, o modo de comunicação, de significação e de percepção mais valorizado pelo museu, contribuindo para que o sistema comunicativo transmita conhecimento numa dinâmica que também privilegia o lúdico. Para tal deve valorizar a viagem (ou abstracção?) dos sentidos, que o contacto com objectos e dos espaços onde foram inseridos nos permitem empreender.

A exposição é, pois, um sítio para a revelação e recriação de factos e histórias, *visões do mundo* que reflectem a evolução social e cultural da civilização, puxando-as para a nossa consciência e interpretação quotidiana.

Hoje já não se discute a transversalidade das actividades educativas na estrutura e acção de um museu. Mas para isso é essencial que ao pensar, planear e gerir essa asserção esteja efectivamente presente. Para além do seu papel central na divulgação de conteúdos, na realidade só os serviços educativos podem promover junto do público o encontro e a compreensão da globalidade e complexidade do trabalho e da função social do museu. Por sua vez, esse contacto é um dos meios formativos, e dos mais relevantes,

para os profissionais actuantes nos mais diversos sectores do trabalho museológico. Se assim o quisermos entender, o serviço educativo é decisivo na medida em que, institucional e estruturalmente, o museu está ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento sustentado e, como tal, se lhe impõe o acolhimento dos públicos mais diferenciados.

Alargar os horizontes de relação entre o museu, a sociedade e o meio ambiente exige a mudança da matriz organizacional dos nossos museus por forma a que a acção educativa seja entendida no mesmo patamar de prioridades e detendo a mesma importância que as acções de investigação, conservação e exposição. Claro que também se não pode enfatizar a natureza dos serviços educativos como o único meio disponível para a integração do museu com o meio ambiente (basta contrapor-lhes o próprio edifício).

Porém, públicos como, por exemplo, o infantil e o juvenil têm potencialidades de desenvolver o entendimento do museu como um espaço seu e lugar de aprendizagem através de um contacto mais concreto, familiar e próximo do real com os conteúdos transmitidos nas escolas e nos manuais. Muitos dos conceitos e ensinamentos assim transmitidos são passíveis de experimentação e/ou observação em contexto museológico, seja pelos objectos, colecções, sítios e monumentos (naturais, arqueológicos, etnográficos, históricos, centros científicos, etc.)

O museu é, por tal razão, centro interpretativo dos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, e, porque o conhecimento também tem a ver com a emoção e o sentimento, é essencial que o museu proporcione para ambos, profissionais e utentes, experiências emocionalmente intensas dando espaço à liberdade individual de escolha, de selecção das imagens, de interpretação e de construção de significados.

Maria da Luz Nolasco Cardoso

NOVAS PUBLICAÇÕES

Rareiam os estudos qualificados sobre a História da Museologia em Portugal, e menos ainda são os que chegam a ser editados.

É pois de louvar a edição recente pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior e pela Fundação Calouste Gulbenkian da tese de Doutoramento de João Brigola sobre *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*, trabalho que desde já se constitui como obra de referência sobre o tema.

G.F.

INVESTIGAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A Direcção da Comissão Nacional do ICOM prepara, para decorrer no dia da próxima Assembleia Geral que o nosso Boletim nº. 4 publicitará, uma jornada de reflexão, a exemplo do que aconteceu no dia da última Assembleia.

Para 2004, o tema a abordar será "A investigação e as formas de divulgação, do conhecimento produzido nos Museus".

NOTÍCIAS

NOVOS MEMBROS EM 2003

Individuais

José Falcão
Santiago Macias
Sílvia Santa-Rita
Susana Casanova Lourenço
Maria José Tavares e Távora
M.^a O. Lameiras-Campagnolo
Teresa Maria Campos

Álvaro Sequeira Pinto
Ana Cristina Bernardo
Catarina Gomes Ferreira
Elsa Gonçalves Rodrigues
Emília Nadal
Fernanda Abreu da Costa
José Diogo H.S.Ribeiro

Institucionais

Associação Divulgadora da Casa-Museu Abel Salazar
Museu Arqueológico e Etnográfico do Distrito de Setúbal
Sociedade Nacional de Belas Artes

4º Encontro anual do comité DEMHIST

Realizou-se de 8 a 10 de Outubro último, em Lenzburg na Suíça, o 4º Encontro anual do comité temático do ICOM dedicado aos Museus Casas Históricas. O tema deste ano foi *Facing and solving problems of Historic House Museums. Examples and Models*.

Mais de 70 participantes provenientes de várias instituições museológicas suíças e também oriundos de museus de todo o mundo, expuseram e debateram as questões específicas destas entidades: a forma como os diversos espaços são adaptados à função museológica, como torná-los apelativos a sectores cada vez mais vastos da população, a relação com o espaço geográfico e social em que estão inseridos, como conciliar o dever de conservar com a necessidade de divulgar, bem como vários exemplos de intervenções recentes.

Á exposição das questões e debate de problemas seguiram-se visitas a várias casas históricas, a maioria designadas por 'castelo' expressão que se aplica nesta zona da Europa a residências mais ou menos fortificadas, muitas vezes consequência de devaneios românticos oitocentistas de proprietários anglo-saxónicos ou germânicos. Para além do Castelo onde se realizou o encontro Lenzburg visitámos os castelos de Halwyll, Wildegg, Waldegg, Oberhofen e Hunegg. De entre estes destacamos Halwyll, o espaço foi recentemente restaurado e como nada existia de recheio, possível de ser utilizado, foi concebido um projecto museológico muito didáctico, suportado por soluções museográficas engenhosas, com grande recurso às novas tecnologias do audio-visual. Na Abadia beneditina de Muri, Argóvia, visitámos parte do espaço re-adaptado nas últimas décadas às originais funções monásticas.

O próximo encontro realizar-se-á Setembro de 2004 em Berlim-Potsdam e o tema versará a envolvente paisagística das Casas Museu.

Maria de Jesus Monge
mjmonge@clix.pt

Bragança Gil cessa funções de Director no Museu de Ciência

Dezoito anos depois de ter sido nomeado director do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa (MCUL), desde 1985 como Presidente da Comissão Instaladora, o Prof. Doutor Fernando Bragança Gil termina essas funções agora a cargo da Prof.^a Doutora Fernanda Madalena Costa mantendo, contudo, a sua colaboração activa no domínio da Museologia.

Responsável pela concepção e criação do primeiro (e ainda único) museu dedicado às ciências exactas em Lisboa e no país, Bragança Gil dirigiu o seu interesse para a Museologia, desde a década de 60, sendo membro da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) desde 1967. Sócio do ICOM desde 1974 foi, em 1976, eleito Presidente da Assembleia Geral da Comissão Nacional Portuguesa, funções que exerceu até 1982.

Bragança Gil tem sido um promotor da formação universitária para conservadores e técnicos de museus, tendo colaborado em cursos de Museologia, nomeadamente com o Instituto Português do Património Cultural (1980/82), com a Universidade Aberta, com a Universidade Nova de Lisboa (Mestrado em Museologia e Património do Departamento de Antropologia da FCSH) e com a Universidade do Porto (Mestrado em Museologia da Faculdade de Letras).

Assinale-se ainda a sua iniciativa na recente criação da Associação de Museus e Centros de Ciência Portugueses (MC2P) e registe-se a publicação das suas reflexões sobre a actividade no MCUL, desde a sua génese, sob o título "*I - Das Origens ao Pleno Reconhecimento Oficial*", em edição do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa (2003).

G.S.B.

QUOTIZAÇÕES

Como é do conhecimento dos membros do ICOM, os valores das quotas pagas em 2003 foram idênticos aos de 2002, tendo contudo sido aumentado o quantitativo estabelecido pelo Secretariado em Paris, o que diminuiu ainda mais a pequena percentagem que serve para a Comissão Nacional desenvolver actividades.

Sem qualquer subsídio, que nos permitiria uma programação mais alargada, a Direcção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM vê-se obrigada a aumentar ligeiramente o valor da quota em 2004, acompanhando o aumento decidido pelo Conselho Internacional dos Museus.

Assim, para o ano de 2004, os valores da cotização são os seguintes:

INDIVIDUAIS (votantes)

- Activos 64 €
- Reformados 32 €

INSTITUIÇÕES (votantes)

- Activo A (quadros de pessoal de 1 a 5) 305 €
- Activo B (quadros de pessoal de 6 a 20) 454 €
- Activo C (quadros de pessoal com mais de 20) 621 €

BENEFITORES (não votantes)

- Institucionais 5100 €

ESTUDANTES (não votantes) 46 €

Solicita-se o pagamento, até 31 de Março, para se proceder atempadamente ao seu envio para o Secretariado.

A Direcção

JORNADAS ICOM-PORTUGAL

7 Março 2003 - Fundação Calouste Gulbenkian

OS PROFISSIONAIS DE MUSEU - QUE ESTATUTO NA ACTUALIDADE?

Convidados: oradores - Fernando António Baptista Pereira - Museólogo, Director do Museu de Setúbal e Luís Raposo - Arqueólogo, Director do Museu Nacional de Arqueologia; **moderador:** Agostinho Ribeiro, Director do Museu de Lamego.

Agostinho Ribeiro introduziu a apresentação do tema pelos oradores convidados, sublinhando que a diferença de pontos de vista sobre a problemática em questão seria um factor enriquecedor do debate.

Quanto ao elevado número de participantes presentes, interpretou-o como sinal de vitalidade por parte dos profissionais de museus, não obstante as dificuldades por que passa o sector e de alguma gravidade na situação que em geral caracteriza os museus.

Fernando António Baptista Pereira, depois de felicitar a Comissão Nacional do ICOM pela realização das suas jornadas dedicadas ao tema das carreiras dos profissionais dos museus, precisamente no momento em que se discute uma lei quadro dos museus, considerando inevitável que se produza legislação complementar a essa lei quadro, nomeadamente através de um novo diploma relativo às carreiras museais. Considerou também desejável que esse novo diploma possa estabelecer uma uniformidade de carreiras entre os vários níveis da administração - central, regional e local - e depois, naturalmente, também para entidades privadas, que habitualmente seguem a legislação em vigor.

Lembrou que compete às organizações profissionais de museologia promover este tipo de debates para que todos aqueles que actuam profissionalmente dentro dos museus possam manifestar os seus pontos de vista, defender também os seus direitos e reafirmar a autonomia e a valorização das suas carreiras no conjunto das carreiras da administração pública. Sublinhou o problema da desvalorização do estatuto de conservador de museu, no contexto das carreiras globais da função, apontando a necessidade de se reivindicar a reposição de uma valorização.

Referindo o texto de José Luis Porfírio, intitulado "O Conservador e o Museólogo", publicado pela Comissão Nacional do ICOM e quanto ao facto de aquele tentar estabelecer uma certa dicotomia entre duas situações, lembrou, por um lado, como Maria José de Mendonça, vários anos atrás, já utilizava o termo "museólogo" e, por outro lado, que o teor das sessões do curso de conservadores que vigorou até 1974, não revelava uma formação assim tão prática como aquela que no referido texto o Dr. José Luís Porfírio tentou dar a entender. Considerando-a uma questão fundamental, não concorda que se opte por opor conservador e museólogo, lembrando que na formação académica há várias possibilidades de opção, uma das quais será a que se destina à carreira profissional e que a tutela a quem dantes competia a formação abdicou dela, situação que se tornou

irreversível que levou as universidades a avançarem com novos modelos de formação.. Sobre as carreiras de profissionais de museus sublinhou quer a importância da uniformidade e capilaridade entre carreiras da administração local, regional e central e vice-versa quer, a nível das carreiras técnicas superiores, a conveniência em que se distinga claramente o conservador do investigador. Ainda quanto ao conservador e ao museólogo, apontou as três dimensões da museologia, enquanto ciência, enquanto técnica e enquanto arte.

Sublinhou o papel do conservador, intimamente ligado às técnicas e às práticas, estando o museólogo conotado com a programação e a visão estratégica da museologia não há antagonismo, mas complementaridade.

Agostinho Ribeiro lembrou a questão e importância dos mecanismos da profissionalização e sublinhou a da mobilidade nas carreiras. Lembrou também que algumas carreiras específicas não estão previstas no decreto 55/2001, por exemplo na área educativa.

Luís Raposo, depois de saudar a iniciativa das jornadas e concordar com a pertinência do tema, distinguiu, na sua apresentação, o seu próprio estatuto de Arqueólogo.

Invocou a actual situação real dos museus, como verdadeiramente dramática, em questões de pessoal, apontando o estado de desertificação e de esvaziamento, pela qual considerou chegar-se ao ponto de colocar em risco a segurança das colecções integradas nos museus.

A esse lado sombrio da realidade contrapôs contudo a elaboração da lei-quadro dos museus, como lado luminoso da realidade. Lembrou a expressão utilizada em vários pontos do documento em preparação, de "profissionais qualificados.

Colocou uma série de questões que considerou merecerem destaque: a imprescindibilidade de pessoal próprio dos museus, a par da possibilidade de recurso a pessoal externo, mas com exigências de qualificação idênticas ao do pessoal interno; a necessidade de definição do que deve ser o núcleo duro do museu, a nível de pessoal, para além de um director do quadro que tem de assegurar funções essenciais; a questão do voluntariado, a que temos de ter maior atenção; a questão da direcção dos museus, considerando que não deve haver um lugar próprio, mas decorrer da avaliação e escrutínio da tutela; a necessidade de existirem progressivamente quadros próprios, em vez de lugares previstos no quadros globais das tutelas (por ex. no âmbito autárquico); a questão fundamental das parcerias entre museus; a importância e necessidade de definição legal de qualificação das carreiras específicas, não só a nível do conservador-restaurador e demais carreiras superiores, mas de todo o pessoal; a necessidade de os museus também integrarem o regime específico para a investigação.

Quanto à diferença entre conservador e museólogo, considerou que o primeiro trabalha na realidade concreta dos

museus e museólogo pode trabalhar ou não, devendo os museus ser entendidos como escolas permanentes de formação prática.

No período de **debate**, que foi intenso e muito participado, foram colocadas questões quanto à preparação da lei-quadro dos museus, nomeadamente no que toca às responsabilidades das tutelas, às funções de direcção dos museus.

Entre os outros aspectos mais tocados contou-se a desvalorização e a necessidade e formas de revalorização da carreira de conservador, assim como de uma dignificação, em geral, dos técnicos dos museus, nas várias carreiras intermédias, o lugar reconhecido por uns, mas não consensual, para a existência da carreira de investigador nos museus, a imprescindibilidade de reconhecimento da especificidade de atribuições ao nível da educação em museus, o interesse da comparação das situações em Portugal com as experiências e realidades de outros países. Recolhendo a atenção de vários intervenientes, apontou-se a necessidade de clarificação de premissas quando se aborda a questão por comparação ou por distinção - do conservador e do museólogo, tanto ao nível do ensino, como da profissionalização, não deixando de contextualizar tal questão num universo composto de muitas outras novas realidades profissionais no meio museológico. Quanto à profissionalização, foi considerada necessária a existência de entidade independente das tutelas e das universidades, porventura o Conselho de Museus previsto na preparação da futura lei-quadro de museus

Foi ainda apontado o problema de alguns conservadores com formação específica que não se encontram em lugares compatíveis com as competências e formação adquirida, a necessidade da revisão dos quadros de pessoal dos museus e o preenchimento desses quadros.

Alguns intervenientes afirmaram a sua expectativa de que após a homologação da lei-quadro haja um novo enquadramento e revisão das carreiras de profissionais de museus

Manuel Bairrão Oleiro, Director do IPM, considerou positiva a iniciativa do ICOM, referindo tratar-se do momento certo para a discussão do tema. Confirma que o IPM tem presente a necessidade da revisão do diploma das carreiras e concordou com a existência de fragilidades, detectadas desde o início da aplicação da lei. Entendeu que deve haver um debate alargado e que as diversas opiniões devem ser tidas em conta, antes de efectuada a revisão. Anuncia que, após a homologação da lei-quadro, terá lugar a revisão do modelo orgânico do IPM, após o que se dará início à revisão do diploma das carreiras.

No final, **Fernando António Baptista Pereira** mostrou o seu agrado pela forma como decorreu a sessão, destacando o interesse manifestado pelas entidades da tutela presentes nas Jornadas Manuel Oleiro, Director do IPM e Clara Camacho, Coordenadora da RPM e o convite à participação da APOM, representado pelo seu Presidente.

Constatando não haver diferenças de fundo, nem divergências, nas concepções das competências da formação ou das carreiras (e lembrou a questão dos monitores dos serviços educativos), considerou que a comunidade museológica chegou a um ponto de encontro, tendo-se conseguido obter, graças à iniciativa do ICOM e ao debate decorrido, a plataforma de entendimento entre as diferentes associações de profissionais. Concluiu esperar-se que os próximos diplomas obtenham tanto consenso quanto a lei-quadro e que será necessário que os vários intervenientes ICOM/APOM/IPM, tal como todos os profissionais de todos os

níveis e perfis - unam esforços e trabalhem em conjunto, na preparação dos diplomas complementares, para a reforma da legislação.

Luis Raposo, embora à partida julgasse que haveria posições diferentes, concluiu existir um grande consenso e considerou que na preparação da nova lei houve um grande avanço na relação entre os profissionais de museus e entre estes e o poder (ou entre o poder e estes).

João Castelo Branco, Presidente da Comissão Nacional do ICOM agradeceu a participação de todos e assegurou a realização de novas Jornadas com o debate de outros temas, esperando que venham a corresponder às expectativas e ao apoio dado a estas 1^{as} Jornadas do ICOM-Portugal.

GF/GSB

HANDS ON! EUROPE Association of Children's Museums

Em Março de 1998, foi constituída a Hands On! Europe Association of Children's Museums (HO!E), com sede em Lisboa, no Museu das Crianças.

HISTÓRIA

Desde 1993, por ocasião da Conferência Internacional de Museus de Crianças, que se realizou em Berlim, que nasceu o interesse em formar uma organização europeia que servisse os interesses dos Museus das Crianças na Europa.

Em Berlim, foram dados os primeiros passos para a criação de uma rede europeia de Museus de Crianças. Em 1996, durante a Conferência realizada em Amesterdão foi criado um pequeno Comité com o objectivo de constituir esta associação com uma designação, uma direcção e estatutos.

Iniciativa conjunta de 5 Museus das Crianças da Europa Museu das Crianças de Lisboa, Enchanted Worlds de Roterdão, Musée des Enfants/Het Kindermuseum de Bruxelas, Zoom Kindermuseum de Viena de Áustria e o Het Kindermuseum de Amesterdão.

Actualmente, a **Hands On!** Europe -Association of Children's conta com cerca de uma centena de membros oriundos de todo o Mundo.

MISSÃO

A **Hands On!** Europe tem como principal missão apoiar o desenvolvimento e coordenar as acções implementadas pelos Museus das Crianças da Europa e do Mundo.

Pretende ser uma voz activa dos interesses das crianças e dos jovens no que respeita ao seu desenvolvimento educativo e cultural.

Organiza Conferências Internacionais periódicas, com o objectivo de promover o intercâmbio de informação e o debate entre profissionais apoiando a criação, planeamento e desenvolvimento dos Museus das Crianças na Europa e no Mundo.

Edita um Boletim periódico, trienal, dirigido a todos os membros.

Direcção da Hands On! Europe Association Of Children's Museums

Presidente: Margarida de Lancastre, Museu das Crianças / Portugal

Vice-Presidente: Sabina Cantarelli, Muba Museo dei Bambini / Roma

Secretária: Kathleen Lippens, Musée des Enfants / Bruxelas

Tesoureira: Leigh-Anne Stardeski, Eureka Children's Museum / Halifax UK

Vogal: Peter Eatherley, Discovery Centre / Londres UK